

Para Ipea, Estrutural tem condição de virar cidade

**ÁREA É SEGURA
PARA MORADORES
E NÃO AFETA O
PARQUE NACIONAL,
DIZ TÉCNICA QUE
ATUA NA ONU**

A Coordenação de Política Urbana do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) acredita que a favela da Estrutural tem condições de se tornar uma cidade.

De acordo com a coordenadora geral do departamento, Diana Meirelles da Motta, o ambiente não oferece risco de vida à população, o que seria determinante para a fixação dos moradores.

Os principais problemas apontados para a fixação daquela população na área seriam contornáveis, segundo a coordenadora.

A proximidade do Parque Nacional, por exemplo, não configura um impecilho para transformar a invasão em uma cidade.

Diana, que também faz parte do corpo de Política Habitacional da Organização das Nações Unidas (ONU), chegou a essa conclusão depois de analisar exemplos de outras ocupações irregulares que também foram legalizadas.



TRANSFORMAÇÃO da invasão em núcleo urbano seguirá conforme modelos já bem sucedidos

A coordenadora lembrou que em Santo André (SP), o Ipea acompanhou casos de favelas erguidas dentro de áreas de proteção ambiental. "A construção paralela não oferece risco, desde que seja implementada uma educação ambiental entre os moradores, além de fiscalização e manutenção", afirmou.

De acordo com ela, a regularização de favelas faz parte de uma política urbana internacional, defendida pe-

la ONU e em desenvolvimento em todo o País. A legalização não seria motivo para atrair mais invasores para a área. "Basta que os órgãos competentes adotem uma política habitacional bem definida", completou.

Para Diana, outro desafio que deve ser enfrentado pelo GDF é solucionar a situação dos invasores que estão há menos de cinco anos na área da Estrutural. O projeto aprovado pela Câmara Le-

gislativa na última quarta-feira prevê que essas pessoas devem ficar de fora da distribuição dos lotes.

A determinação faz parte do *Estatuto das Cidades*, aprovado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. "Esse é um ponto merece um destaque todo especial, mas que deve ser respeitado. A experiência tem mostrado que regularização não significa aumentar a invasão", acrescentou.

Preconceito é o maior problema

Para a coordenadora de Política Urbana do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Diana Meirelles da Motta, o principal embate para a implementação das políticas urbanas é superar o preconceito que surge junto com as novas cidades. "As pessoas ainda não perceberam que é possível formalizar cidades sem trazer danos para as imedia-

cões", explicou.

A solução para muitos problemas existentes na Estrutural dependeria da sanção do projeto, pelo governador Joaquim Roriz. Questões como saneamento básico e violência – principais reclamações dos moradores – devem ser discutidas depois da legalização.

"A população passa a con-

tar com o mínimo que é o

endereço", lembrou a técnica. "Sem a legalização eles continuam à mercê da proliferação de doenças e da violência, que se concentra mais nas regiões irregulares", completou.

A legalização também

serviria para fazer com que

o DF se mantivesse com bai-

xo índice de ocupação sub-

normal – sem infra-estrutura.

De acordo com os últi-

mos dados do IBGE (1999), o

número de residências nes-

sas condições é de 1,45%.

"Se comparados com re-

giões como Recife (26,46%) e

Belém (23,4%), podemos di-

zer que estamos na Suíça",

disse Diana. Segundo ela, o baixo índice só foi atingido

graças às políticas públicas de distribuição de terras des-

envolvidas pelo governo

Roriz.

mos dados do IBGE (1999), o

número de residências nes-

sas condições é de 1,45%.

"Se comparados com re-

giões como Recife (26,46%) e

Belém (23,4%), podemos di-

zer que estamos na Suíça",

disse Diana. Segundo ela, o baixo índice só foi atingido

graças às políticas públicas de distribuição de terras des-

envolvidas pelo governo

Roriz.

mos dados do IBGE (1999), o

número de residências nes-

sas condições é de 1,45%.

"Se comparados com re-

giões como Recife (26,46%) e

Belém (23,4%), podemos di-

zer que estamos na Suíça",

disse Diana. Segundo ela, o baixo índice só foi atingido

graças às políticas públicas de distribuição de terras des-

envolvidas pelo governo

Roriz.

mos dados do IBGE (1999), o

número de residências nes-

sas condições é de 1,45%.

"Se comparados com re-

giões como Recife (26,46%) e

Belém (23,4%), podemos di-

zer que estamos na Suíça",

disse Diana. Segundo ela, o baixo índice só foi atingido

graças às políticas públicas de distribuição de terras des-

envolvidas pelo governo

Roriz.

mos dados do IBGE (1999), o

número de residências nes-

sas condições é de 1,45%.

"Se comparados com re-

giões como Recife (26,46%) e

Belém (23,4%), podemos di-

zer que estamos na Suíça",

disse Diana. Segundo ela, o baixo índice só foi atingido

graças às políticas públicas de distribuição de terras des-

envolvidas pelo governo

Roriz.

mos dados do IBGE (1999), o

número de residências nes-

sas condições é de 1,45%.

"Se comparados com re-

giões como Recife (26,46%) e

Belém (23,4%), podemos di-

zer que estamos na Suíça",

disse Diana. Segundo ela, o baixo índice só foi atingido

graças às políticas públicas de distribuição de terras des-

envolvidas pelo governo

Roriz.

mos dados do IBGE (1999), o

número de residências nes-

sas condições é de 1,45%.

"Se comparados com re-

giões como Recife (26,46%) e

Belém (23,4%), podemos di-

zer que estamos na Suíça",

disse Diana. Segundo ela, o baixo índice só foi atingido

graças às políticas públicas de distribuição de terras des-

envolvidas pelo governo

Roriz.

mos dados do IBGE (1999), o

número de residências nes-

sas condições é de 1,45%.

"Se comparados com re-

giões como Recife (26,46%) e

Belém (23,4%), podemos di-

zer que estamos na Suíça",

disse Diana. Segundo ela, o baixo índice só foi atingido

graças às políticas públicas de distribuição de terras des-

envolvidas pelo governo

Roriz.

mos dados do IBGE (1999), o

número de residências nes-

sas condições é de 1,45%.

"Se comparados com re-

giões como Recife (26,46%) e

Belém (23,4%), podemos di-

zer que estamos na Suíça",

disse Diana. Segundo ela, o baixo índice só foi atingido

graças às políticas públicas de distribuição de terras des-

envolvidas pelo governo

Roriz.

mos dados do IBGE (1999), o

número de residências nes-

sas condições é de 1,45%.

"Se comparados com re-

giões como Recife (26,46%) e

Belém (23,4%), podemos di-

zer que estamos na Suíça",

disse Diana. Segundo ela, o baixo índice só foi atingido

graças às políticas públicas de distribuição de terras des-

envolvidas pelo governo

Roriz.

mos dados do IBGE (1999), o

número de residências nes-

sas condições é de 1,45%.

"Se comparados com re-

giões como Recife (26,46%) e

Belém (23,4%), podemos di-

zer que estamos na Suíça",

disse Diana. Segundo ela, o baixo índice só foi atingido

graças às políticas públicas de distribuição de terras des-

envolvidas pelo governo

Roriz.

mos dados do IBGE (1999), o

número de residências nes-

sas condições é de 1,45%.

"Se comparados com re-

giões como Recife (26,46%) e

Belém (23,4%), podemos di-

zer que estamos na Suíça",

disse Diana. Segundo ela, o baixo índice só foi atingido

graças às políticas públicas de distribuição de terras des-

envolvidas pelo governo